



DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se de resposta ao pedido de impugnação apresentado em 11 de novembro de 2025, conforme documento constante em SEI nº 7130476, pela empresa MARCOS RIBEIRO E CIA LTDA – LIDER BALANÇAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.686.119/0001-60, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2025.

1.2. Da tempestividade:

1.2.1. O art. 164 da Lei 14.133/2021, que regulamenta o pregão na sua forma eletrônica, dispõe que até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da referida Lei.

1.2.2. Dessa forma, como a publicação do Edital ocorreu no dia 03 de novembro de 2025, com previsão de **abertura da sessão pública no 14 de novembro de 2025**, tem-se que a impugnação é tempestiva.

2. DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO

2.1. Em síntese, a impugnante insurge-se contra os termos do Edital, alegando:

"Vale ressaltar que decisão do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO É QUE A IMPGUNAÇÃO DEVE SER RECEBIDA DE FORMA ELETRONICA (EMAIL):

O envio de impugnações e pedidos de informação por parte dos interessados em licitação na modalidade pregão eletrônico deve ser permitido pela via eletrônica, conforme prevê o art. 19 do Decreto no 5.450/2005.

Acórdão 2655/2007 Plenário (Sumário)

O TCU determinou a anulação de certame em razão da exigência do meio de envio de impugnações a via escrita, contrariando o art. 19 do Decreto no 5.450/2005, de modo incompatível com o objetivo de celeridade inerente a modalidade “pregão”. Faca constar, do edital de licitação, endereço eletrônico do pregoeiro para envio de eventuais impugnações e pedidos de informações, em atendimento ao que pregam os arts. 18 e 19 do Decreto no 5.450/2005. Acórdão 2655/2007 Plenário

Não andou com o costumeiro acerto a Comissão de Licitação dessa Concorrência, uma vez que inseriu no edital disposições que limitam a competitividade, em total afronta ao disposto na lei nº 14.133/21

Vislumbrando mais uma oportunidade de negócio, teve acesso a peça edilícia desse pregão. Ao tomar conhecimento do teor, verificou que está continha exigências restritivas, vedadas pela legislação em vigor por restringirem o caráter competitivo da disputa."

(...)

"Desta forma é uma fábrica de balanças e equipamentos de medição sendo que os demais itens do grupo não comercializamos e nem podemos comercializar em razão que não fazem parte de nosso objeto social.

A impugnante tem como objeto principal a atividade de indústria e comercialização de instrumentos de medição - balanças, razão pela qual se interessou pela licitação em análise. E DA FORMA QUE O PREGÃO ENCONTRA-SE NÃO TERÁ CONDIÇÕES DE CONCORRER E FORNECER SENDO QUE TAL FATO É PREJUDICIAL TANTO PARA A IMPUGNANTE COMO PARA A ADMINISTRAÇÃO POSTO QUE SOMOS UMA INDUSTRIA E POSSUIMOS PREÇOS DE FABRICA NOS ITENS ORA FABRICADOS E COMERCIALIZADOS POR NÓS. ASSIM PARA A ADMINISTRAÇÃO QUE TRABALHA COM O DINHEIRO PUBLICO PODERA OBTER COM FABRICANTE PREÇOS MUITO MAIS ATRATIVOS QUE EMPRESAS DO RAMO DE REVENDA!

Exigir toda esta gama de equipamentos como se fossem semelhantes seria o mesmo que exigir sapato em uma licitação de meias: embora ambos sirvam para vestir os pés, tais produtos possuem demandas de fabricação totalmente diferentes. Quem vende e fabrica sapatos certamente não vende e fabrica meias, e vice-versa. Assim como quem se dedica ao comércio de Inmetro não comercializa, necessariamente, agitadores magnéticos.

Como se verifica no objeto licitado, este é composto por INUMEROS produtos que não guarda similaridade entre si. Ainda que sua grande maioria destine-se a material hospitalar, cada qual possui sua peculiaridade técnica e demandas de fabricação diferentes, tornando impossível que a mesma empresa comercialize e/ou fabrique todos eles.

Da forma que está escrito o edital o princípio salutar da competitividade resta prejudicado visto que, como já mencionado acima, nem todas as empresas poderiam participar pois, do ponto de vista comercial, não há motivo para que uma empresa comercialize tamanha gama de produtos.

O edital permanecendo no estado que se encontra possibilita apenas empresas de representação e revenda em geral a participar, restringindo a competição e o critério de julgamento de menor preço que é o principal objetivo da licitação, POSTO QUE UMA FABRICANTE ou UMA REVENDA AUTORIZADA DE DETERMINADA MARCA DESTE TIPO DE PRODUTO/ITEM QUE INCLUSIVE POSSUI MAIOR POSSIBILIDADE DE OFERTAR O ITEM COM UM PREÇO MUITO INFERIOR /MERLHOR QUE UMA REVENDA/COMERCIANTE DELE NÃO PODERÁ PARTICIPAR.

Assim, requer a alteração do critério de julgamento de menor preço por lote para menor preço por item, OU, PELO MENOS a exclusão da balança do lote correspondente para que se torne um lote independente de BALANÇAS posto que a requerente tem possibilidade de ofertar preços competitivos e equipamentos de qualidade.

Assim, agindo a Administração estaria ferindo o princípio da igualdade e competitividade, e a razão de ser de uma Licitação é garantir a Administração competitividade, para que as compras e serviços sejam realizados com o melhor preço e qualidade. Senão vejamos o que diz o artigo 5º da Lei 14.133/21:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Nesta esteira, cabe transcrever a elucidativa lição do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, ao traçar os parâmetros da aplicação prática do supra mencionado princípio, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores, 14ª ed., 2002, págs. 474/475, que leciona:

"O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem a certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia, é o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório..." (g.nosso).

Entendemos que a licitação pública não visa atender os interesses dos particulares, mas sim sempre à satisfação do interesse público, proporcionando à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso e simultaneamente assegurar aos concorrentes a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Sucintamente, Hely Lopes Meirelles cita:

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

O art. 40, V, b da Lei 14.133/21, estabelece:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

- I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;
- II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente; III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo; IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;
- V - atendimento aos princípios:
 - a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
 - b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
 - c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

No anseio de aumentar ainda mais a gama de participantes, sempre primando pela igualdade de condições e assim atendendo ao princípio da isonomia é a presente impugnação. Trata-se de exigência restritiva à ampla participação de empresas, que podem atender a contento as exigências da Lei e a devida participação no certame, devendo o edital ser reparado possibilitando a participação de todos os interessados na concorrência, pois a real finalidade a ser perseguida em uma licitação é aquisição de produtos com o menor custo, dentro dos padrões aceitáveis de qualidade, evitando, a todo momento, formalidades desnecessárias e almejando a maior participação de prováveis interessados em contratar com a Administração, devendo ser extirpado qualquer óbice que impeça a tal acontecimento. Diante do exposto, a fim de atender aos ditames legais, especificamente às normas que regem os procedimentos licitatórios, Requer se digne a Ilustre Comissão de Licitação proceder a alteração do edital, promovendo o desmembramento dos lotes, transformando-os em itens ou lotes independentes ou até unificados em grupos similares, OU PELO MENOS AS BALANÇAS EM UM LOTE INDEPENDENTE, com a consequente reabertura de prazo para apresentação dos documentos e propostas, adequando-o ao aqui exposto, por ser a única forma de se evitar a ilegalidade e consequente nulidade do certame."

3. DA ANÁLISE DO MÉRITO

3.1. Cabe desde logo ressaltar que todo o ato administrativo deve atender, entre outros, aos princípios indicados no Art. 5º da Lei 14.133/2021, que dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

3.2. Passemos, a seguir, à análise das alegações contidas na peça de impugnação.

3.3. Registramos que as alegações, por se tratarem de questões técnicas relativas ao Termo de Referência (SEI nº 6987767), o assunto foi submetido à área técnica e demandante da contratação que se pronunciou por meio do documento SEI 7156023. Abaixo será transcrita a análise realizada pela unidade requisitante:

"A impugnante, atuante na fabricação e comercialização de instrumentos de medição (balanças), alega que o critério de julgamento por menor preço por grupo, aliado ao agrupamento de produtos distintos em um mesmo grupo, restringe a competitividade e inviabiliza a participação de empresas especializadas.

Requer, assim, a alteração do critério de julgamento para menor preço por item ou, subsidiariamente, a exclusão das balanças (itens 18, 19, 21, 22 e 23 do Lote 3), a fim de que passem a compor lote independente.

Após análise da matéria, verifica-se que o edital do mencionado pregão foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da isonomia, competitividade, economicidade, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa.

A opção pelo critério de julgamento por menor preço por grupo e pela estruturação do objeto em grupos decorreu de estudos técnicos e do planejamento da contratação, que consideraram:

- a destinação comum dos bens ao ambiente do restaurante institucional;
- a necessidade de padronização dos equipamentos e mobiliários;
- a viabilidade técnica e econômica da aquisição conjunta; e
- a conveniência administrativa de concentrar a execução contratual, facilitando a gestão e o controle.

Embora se verifique que não há facilmente fornecedor que ofereça a totalidade dos itens do certame, tal fato não caracteriza restrição indevida à competitividade.

O art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, prevê que o parcelamento do objeto deve ocorrer quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o que foi devidamente observado na presente licitação. O desmembramento sugerido pela impugnante não se mostra vantajoso, pois fragmentaria a execução e acarretaria aumento de custos administrativos e operacionais, além de comprometer a padronização pretendida.

Cumpra-se destacar que não há vedação à participação de fabricantes, distribuidores ou revendedores, sendo assegurada a ampla concorrência entre todos os interessados que atendam às exigências editalícias. A eventual impossibilidade de determinada empresa disputar todos os itens decorre de decisão comercial própria, e não de restrição imposta pelo edital.

Constata-se então que o edital do pregão em referência foi elaborado de forma regular, observando os ditames da Lei nº 14.133/2021 e que o parcelamento em grupos e o critério de julgamento por menor preço por grupo encontram-se tecnicamente fundamentados e economicamente justificados.

Perante o exposto, informa-se que não há elementos que indiquem violação aos princípios da isonomia e competitividade.

4. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

4.1. Prosseguindo com a análise, esclarecemos que os autos tramitaram por todas as instâncias consultivas deste Ministério, inclusive com remessa à Consultoria Jurídica da AGU, na forma preconizada pelo Art. 53, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2. Além disso, o processo foi instruído conforme orienta a legislação bem como os órgãos de controle e modelos estabelecidos pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União e aprovados pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, sendo o Termo de Referência desta proposta de contratação aprovado pelas autoridades pertinentes.

4.3. Inicialmente, registra-se que a impugnação foi devidamente recebida e processada em conformidade com as disposições do instrumento convocatório. O Edital prevê expressamente o procedimento para o recebimento de impugnações por meio eletrônico, conforme o item 15, transcrito a seguir:

"15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte meio: colic.cglic@trabalho.gov.br.**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame."

4.4. Dessa forma, causa estranheza a argumentação apresentada na parte inicial da petição, que cita inclusive acórdão do TCU para justificar o envio da impugnação por e-mail, uma vez que essa modalidade já está expressamente prevista e regulamentada no próprio edital como meio legítimo e exclusivo para o protocolo de impugnações.

4.5. Assim friso a importância da leitura integral do instrumento convocatório a todos os interessados no certame.

4.6. No mérito, a impugnante sustenta que o critério de julgamento por menor preço por grupo (no caso concreto, “grupos” equivalentes a lotes) e a composição dos itens inviabilizariam sua participação, uma vez que seu objeto social abrange exclusivamente a fabricação e comercialização de balanças. Assim, requer que o certame passe a adotar julgamento por item, ou, alternativamente, que os itens de balança sejam desmembrados em um lote independente.

4.7. O Edital nº 12/2025, publicado por esta Pasta, estabelece de forma clara, em seu item 1.2, que a licitação é dividida em grupos formados por um ou mais itens, facultando-se ao licitante participar de quantos grupos desejar, desde que apresente proposta para todos os itens que o componham. Esta formatação é compatível com o planejamento da contratação e com a necessidade operacional desta Administração, tendo sido fundamentada tecnicamente no Termo de Referência juntado aos autos, que identifica a aquisição conjunta de mobiliário, equipamentos e utensílios destinados ao restaurante institucional do Ministério do Trabalho e Emprego, estrutura única, com equipamentos integrados, com necessidade de padronização, assistência técnica centralizada, garantia homogênea, logística unificada e controle contratual harmônico.

4.8. Podemos transcrever o entendimento da equipe técnica, que fundamentou a opção pelo agrupamento dos itens de forma a viabilizar uma contratação alinhada às necessidades técnicas da Administração, conforme registrado no Estudo Técnico Preliminar:

"9.1. Conforme consulta a fornecedores e lojas do ramo de equipamentos para cozinha industrial e restaurante, verificou-se que não se encontra facilmente fornecedor que oferte a totalidade dos itens a serem adquiridos, uma vez que possuem destinações e características diversas, a exemplo de mobiliário e equipamentos/acessórios de cozinha.

9.2. Além disso, para alguns itens deverá ser observada uma padronização, uma vez que deverão compor um todo harmônico como é o caso dos buffets, pelo que deverão ser entregues pelo mesmo fornecedor.

9.3. O parcelamento preserva a funcionalidade do objeto, pois os grupos foram definidos por similaridade técnica e funcional.

9.4. Permite a ampla participação de fornecedores especializados, aumentando a competitividade e garantindo melhor economicidade.

9.5. Está em conformidade com o art. 40, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

9.6. Assim, opina-se pelo parcelamento por grupos, considerando a natureza e a funcionalidade distinta dos itens, de modo a possibilitar maior competitividade, permitir a participação de fornecedores especializados e obter melhor relação custo-benefício para a Administração."

4.9. A Lei nº 14.133/2021, ao tratar do planejamento e da aquisição de bens, prevê em seu art. 40, V, a observância, simultaneamente, aos princípios da padronização e do parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Ou seja, o parcelamento não é absoluto: é permitido quando vantajoso, não sendo obrigatório quando os estudos técnicos apontam que a aquisição conjunta atende de melhor forma ao interesse público.

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

4.10. No caso presente, o Termo de Referência para o Restaurante do MTE (fls. do processo) evidencia que os grupos foram formados por similaridade técnica, integração operacional e necessidade de padronização de garantia, assistência e manutenção – condições fundamentais para um ambiente de produção e fornecimento de refeições dentro de órgão público. Alterar a composição dos grupos, neste momento, violaria o princípio da vinculação ao edital, causaria ruptura do planejamento de contratação, ampliaria custos operacionais de gestão, multiplicaria contratos e fiscalizações, e afastaria a eficiência administrativa.

4.11. A alegação de restrição à competitividade não subsiste. O Edital é público e aberto, admite qualquer fornecedor que comprove capacidade de fornecimento global do grupo escolhido e não direciona a contratação a fabricantes ou revendas específicas. A circunstância de a impugnante comercializar apenas parte dos itens não tem o condão de obrigar a Administração a reconfigurar o objeto para adequá-lo a realidades empresariais individuais. Licitações são estruturadas em função da necessidade pública, não da conveniência privada.

4.12. A previsão editalícia é amplamente conhecida e utilizada na Administração Pública Federal: diversos certames exigem fornecimento integral por grupo, principalmente quando se busca otimizar logística, instalação, manutenção e uniformidade de desempenho dos equipamentos. O Tribunal de Contas da União, em reiterados julgados, admite a contratação por lote quando tecnicamente motivada. Em outros termos, não há ilegalidade alguma em exigir que o licitante forneça todos os itens do grupo, quando esta sistemática assegura melhor vantajosidade, controle e padronização.

4.13. Portanto, não se verifica violação aos princípios da competitividade, isonomia, economicidade ou julgamento objetivo. Ao contrário, o modelo adotado atende ao interesse público, reduz custos administrativos, facilita gestão contratual e assegura coerência técnica a um equipamento público alimentar de grande porte.

4.14. Quanto ao pedido de desmembramento exclusivo das balanças em lote independente, também não há fundamento que autorize intervenção no edital. A formação dos grupos foi motivada tecnicamente no Termo de Referência e sua alteração resultaria em modificação substancial do objeto, contrariando o princípio da vinculação ao edital e o planejamento já aprovado. A Administração não é obrigada a fracionar o objeto em prejuízo da racionalidade logística e do melhor interesse público.

4.15. Diante disso, INDEFIRO integralmente a impugnação apresentada, permanecendo inalterados o Edital nº 12/2025, o Termo de Referência e a forma de julgamento prevista (“menor preço por grupo”). O certame seguirá seu curso regular.

5. DA DECISÃO

5.1. Pelos motivos elencados, recebo a impugnação interposta tempestivamente, para, no mérito, **negar-lhe provimento** pela ausência de fundamentação que sustente o pleito da impugnante, mantendo-se os termos do Edital em comento.

Brasília, 13 de novembro de 2025.

Documento assinado eletronicamente

Ronélio da Costa Mendonça

Pregoeiro(a)



Documento assinado eletronicamente por **Ronélio da Costa Mendonça, Coordenador(a)**, em 13/11/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=7134733&crc=D48D754E, informando o código verificador **7134733** e o código CRC **D48D754E**.

Referência: Processo nº 19958.205491/2025-69.

SEI nº 7134733